

FÁBRICA DE CERÂMICA DE SANTO ANTÓNIO DE VALE DA PIEDADE (VILA NOVA DE GAIA)

ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS E ESPAÇOS DE LABORAÇÃO NO SÉCULO XVIII

LAURA CRISTINA PEIXOTO DE SOUSA¹ Colaboradora do CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (Universidade do Porto/ Universidade do Minho), técnica superior de Arqueologia da Câmara Municipal de Penafiel/ Museu Municipal. laura_sousa@hotmail.com

RESUMO A Fábrica de Santo António de Vale da Piedade foi fundada no último quartel do século XVIII, pelo genovês Jerónimo Rossi, no lugar de Gaia, junto ao rio Douro, e laborou até ao início da década de 1930. Afirmou-se como uma das principais unidades de produção cerâmica portuense gerada no contexto proteccionista do período pombalino, integrando o conjunto das primeiras manufacturas de louça criadas em Portugal.

Trabalhos arqueológicos realizados em terreno contíguo ao edifício principal da fábrica puseram a descoberto uma estrutura de cariz fabril inutilizada por um nível de aterro constituído por louça e outros materiais cerâmicos, maioritariamente datados do século XIX, que preenchem o seu interior.

Tendo por base os resultados da intervenção arqueológica e apoiando-nos na documentação coeva, desenvolvemos um trabalho de investigação que pretende abarcar esta dupla realidade da FSAVP – estruturas/espacos e produção. A primeira, aqui tratada, tem como objectivo a recriação do complexo produtivo inicial criado e adaptado por Jerónimo Rossi, entre 1783 e 1821, alterado ou anulado por sucessivas reformulações, patentes na análise arqueológica do edificado e/ou datadas nos contextos de escavação.

PALAVRAS-CHAVE Indústria cerâmica, Porto e Vila Nova de Gaia, Fábrica de Santo António de Vale da Piedade, estruturas e espaços de laboração, Jerónimo Rossi

1. INTRODUÇÃO

A Fábrica de Santo António de Vale da Piedade (FSAVP) integra-se no conjunto das primeiras manufacturas de louça criadas em Portugal no século XVIII. Não obstante o clima privilegiado que marcou a sua fundação, revelou posteriormente viabilidade e capacidade de adaptação, sobrevivendo às difíceis vicissitudes que marcaram o dealbar e o final do século XIX, bem como o primeiro conflito mundial, tendo laborado até ao início da década de 1930.

A identificação de uma estrutura industrial durante a realização de trabalhos arqueológicos em terrenos da antiga FSAVP (Sousa, 2007), inutilizada por um nível de aterro composto por louça aí produzida, que preenchia todo o seu interior, alertou-nos para a necessi-

dade de estudo e análise espacial desta manufactura pombalina, dado que o achado ocorreu numa área que se julgava não afecta àquela indústria (figs. 4, 9 e 10). Por outro lado, o testemunho da alienação daquela estrutura dá-nos conta das constantes reformulações a que estas fábricas estavam sujeitas caso quisessem sobreviver às exigências do mercado.

Esta ocorrência de campo incentivou-nos a desenvolver um trabalho de investigação documental e o regresso ao terreno para a *(re)identificação* das estruturas construídas e dos espaços de laboração que compunham o complexo fabril de Vale da Piedade ao longo do seu século e meio de existência.

Não é nossa intenção abordar as questões metodológicas subjacentes a um estudo deste tipo, todavia não queremos deixar de destacar a importância da Arqueologia para o conhecimento da realidade material dos centros produtores e distribuidores de louça dos períodos moderno e contemporâneo, quer dos seus espaços quer da produção.

1. Mestranda em Arqueologia na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o tema de dissertação A Fábrica de Santo António de Vale da Piedade: Contributo da Arqueologia para o Estudo da Faiança e Azulejaria Oitocentistas, sob orientação da Professora Doutora Teresa Soeiro.

Geralmente olhadas como degradadas, repulsivas e sem valor histórico, estas amplas áreas industriais receberam na última década uma maior atenção por parte dos arqueólogos e dos serviços da tutela. Devido ao interesse urbanístico de remodelação dos espaços realizou-se um conjunto significativo de trabalhos arqueológicos em unidades situadas no Porto e em Vila Nova de Gaia, como é o caso das fábricas de Massarelos² (2002), das Devesas³ (2002 e 2004), do Cavaquinho⁴ (2003 e 2010), de Miragaia⁵ (2004), de Santo António de Vale da Piedade⁶ (2007 e 2010) e do Senhor d'Além⁷ (2008). Algumas destas intervenções vieram mostrar que a informação do registo arqueológico ultrapassa os constrangimentos da documentação, a qual muitas vezes é omissa ou inconclusiva. Por outro lado, há forma mais fiável de conhecer a produção de uma determinada fábrica do que encontrar no local os vestígios do que aí se manufacturou?

A intervenção efectuada na FSAVP, que é objecto do presente texto, mostra-nos isso mesmo: o modo como os vestígios arqueológicos identificados nos "obrigaram" a reequacionar a distribuição dos espaços ocupados, a reler os autores que sobre a mesma dissertaram⁸ e a procurar respostas nas fontes coevas (manuscritas⁹, impressas¹⁰, gráficas, cartográficas, fotográficas, etc.), numa primeira tentativa de reconstituição das estruturas e áreas que outrora pertenceram ao complexo produtivo original, criado e adaptado por Jerónimo Rossi, entre 1783 e 1821.

2. Arqueologia & Património: Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca – Arqueologia, Lda.

3. Historiográfica. Investigação e caracterização de edifícios, Lda. (2002) e *Mola Olivarum*. Património e Cultura (2004).

4. Carla M. Braz Martins (2003) e Empatia – Arqueologia, Lda. (2010).

5. Gabinete de Arqueologia Urbana da Câmara Municipal do Porto.

6. Empatia – Arqueologia, Lda.

7. Arqueologia & Património: Ricardo Teixeira e Vítor Fonseca, Lda.

8. Da bibliografia que nos permitiu fazer uma primeira aproximação à análise arquitectónica e espacial da FSAVP destacam-se os estudos de Vasco Valente (Valente, 1931), Teresa Soeiro, Jorge Fernandes Alves, Silvestre Lacerda e Joaquim Oliveira (Sоеiro *et al*, 1995 e 2001) e Manuel Leão (Leão, 1999 e 2003).

9. Relativamente às fontes manuscritas, merece especial referência o incansável trabalho realizado pelo Padre Manuel Leão que nas duas obras citadas coligiu grande parte da informação proveniente dos Fundos Notariais, guardados no Arquivo Distrital do Porto, que existe sobre as fábricas de louça do Porto e de Gaia. A partir da sua obra identificámos mais de uma centena de documentos alusivos à FSAVP e aos seus proprietários, dos séculos XVIII ao XX.

10. Nas fontes impressas sobressaem os testemunhos deixados por João António Monteiro d'Azevedo e Manoel Rodrigues dos Santos na *Descrição Topographica de Villa Nova de Gaya* (Azevedo; Santos, 1881, p. 183-186 – 1.ª ed. 1861), Pinho Leal na obra *Portugal Antigo e Moderno*, com uma entrada individualizada para a *Grande fabrica de louça de Val de Piedade* (Leal, 1882: vol. X, p. 78), e Charles Lepierre no seu estudo *Estudo chimico e tecnologico sobre a ceramica portugueza moderna* (Lepierre, 1899, p. 105-106). Não obstante a sua importância, estes autores coetâneos ao período de laboração da FSAVP falam-nos do edifício oitocentista, provavelmente distinto do primitivo.

2. LOCAIS DE IMPLANTAÇÃO E CARACTERÍSTICAS ESTRUTURAIS DAS PRIMEIRAS FÁBRICAS DE LOUÇA PORTUENSE

O surgimento das primeiras fábricas de louça nacionais enquadra-se no contexto proteccionista pombalino, usufruindo estas unidades de produção de vários privilégios, isenções e exclusivos que incentivaram o seu aparecimento. A FSAVP foi uma destas manufacturas e, conjuntamente com as fábricas de Massarelos, Miragaia e Cavaquinho, afirmou-se como uma das principais.

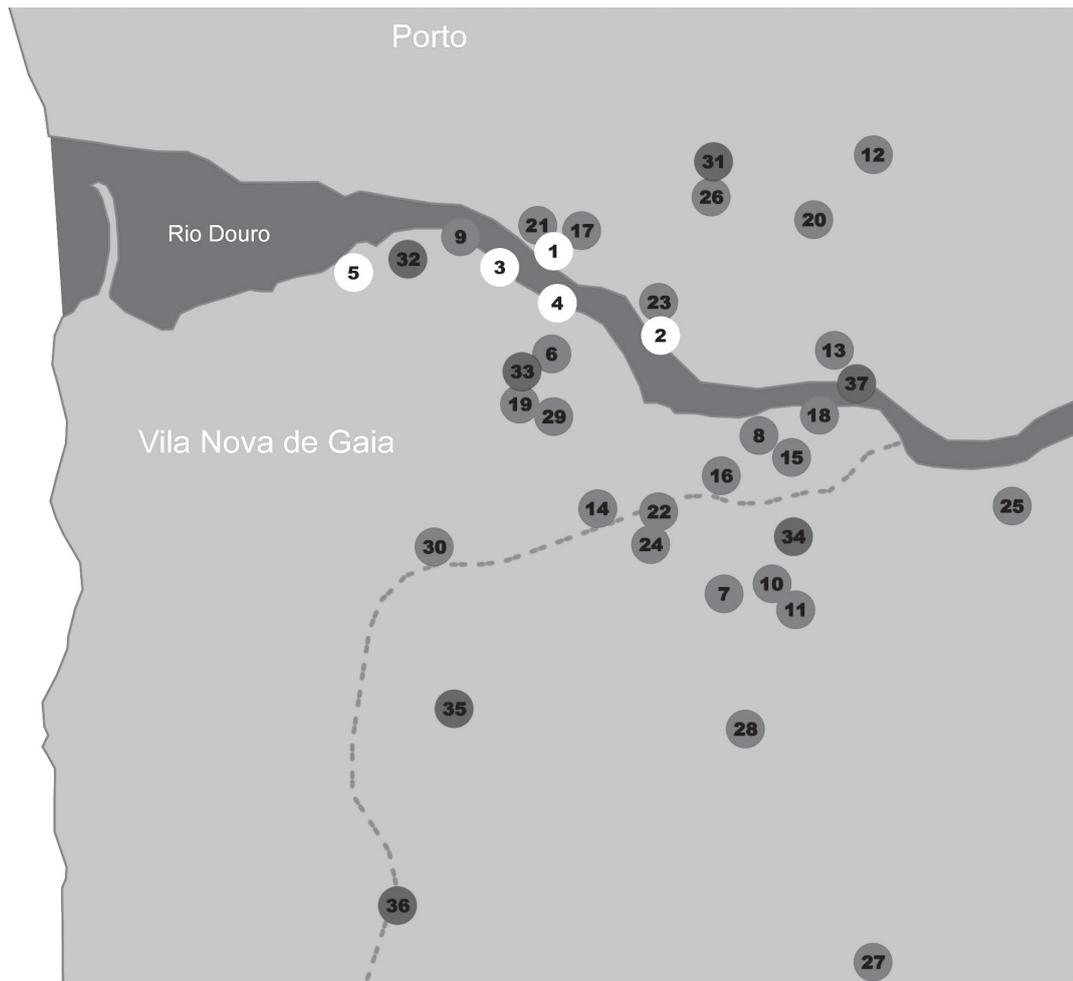
Vários parâmetros caracterizam e individualizam estas fábricas das suas sucessoras. Um deles é a escolha do local de implantação. No caso da indústria cerâmica portuense¹¹, a localização é feita em áreas ribeirinhas, nas duas margens do Douro, primeiro no Porto (Massarelos e Miragaia), depois em Gaia (Cavaquinho e Vale da Piedade).

A edificação junto ao rio não é, obviamente, casual, facilitava o abastecimento de matérias-primas e o escoamento de produtos. Apenas com a chegada do caminho-de-ferro vemos esta situação alterar-se, passando as instalações congêneres a preferirem a proximidade às linhas férreas, como é o caso das fábricas das Devesas e do Carvalhinho, em Gaia (fig. 1).

O elevado número de fábricas de louça, e não só, que se foram fixando na margem sul do Douro, actual concelho de Vila Nova de Gaia, tem também a sua fundamentação em outras circunstâncias favoráveis, como notaram os autores da *Descrição Topographica de Villa Nova de Gaya*: [...] nestes ultimos tempos tem-se [...] desenvolvido aqui a Industria em tão largas proporçoens, e assumido um caracter tão importante, que faz augmentar notavelmente a riqueza, e importancia material desta Villa a multidão de Fabricas, que já possui, e em que se occupão muitos milhares de pessoas, e girão grossos capitães no emprego dos differentes ramos do seu vasto dominio. Além das que já havia antigamente, outras muitas se tem estabelecido de novo, preferindo os seus proprietarios este local por muitas razoes; como por exemplo: a grande quantidade de predios, que aqui ha com todas as proporçoens e circunstancias proprias para estes estabelecimentos; a abundancia, e boa qualidade das suas agoas, que são um poderoso motor, e ingrediente indispensavel de toda a Industria; a differença nos seus alugueres; a proximidade do rio; e por outras muitas razoes, que os favorecem. (Azevedo; Santos, 1881, p. 183-184).

Além da concentração geográfica nas margens do Douro, outras características marcam estes complexos

11. O termo "indústria portuense" aplica-se às áreas do Porto e de Gaia, pois, como anotaram já vários autores, no século XVIII ambos os espaços se integravam no termo do Porto.



1. Distribuição das fábricas de cerâmica portuense (séculos XVIII-XX). Fonte: SOEIRO *et al* 1995

Século XVIII: 1 – Fábrica de Massarelos; 2 – Fábrica de Miragaia; 3 – Fábricas do Cavaquinho; 4 – Fábrica de Santo António de Vale da Piedade; 5 – Fábrica da Afurada.

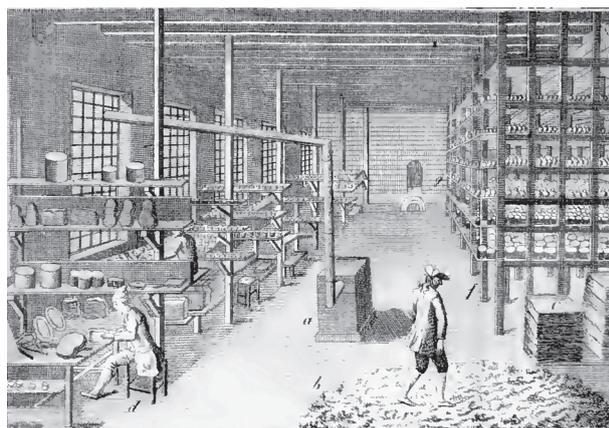
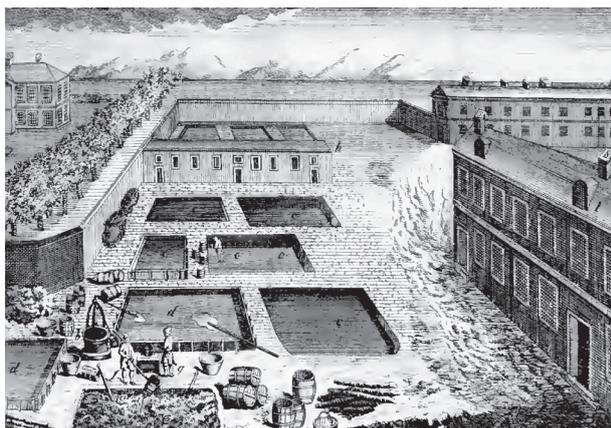
Século XIX: 6 – Fábrica das Regadas; 7 – Fábrica da Rasa; 8 – Fábrica da Ferveça; 9 – Fábrica do Monte Cavaco; 10 – Fábrica da Bandeira; 11 – Fábrica das Palhacinhas; 12 – Fábrica do Alto da Fontinha; 13 – Fábrica da Rua do Sol; 14 – Fábrica do Carvalhinho; 15 – Fábrica da Torrinha; 16 – Fábrica do Choupelo; 17 – Fábrica de Entre Quintas; 18 – Fábrica do Senhor d'Além; 19 – Fábrica do Candal; 20 – Fábrica da Rua do Almada; 21 – Fábrica Nova do Arnaud; 22 – Fábrica das Devesas; 23 – Fábrica de Monchique; 24 – Fábrica de Pereira Valente; 25 – Fábrica de Oliveira do Douro; 26 – Fábrica de Mosaicos de José Fernandes Dias & C.^a Lda.; 27 – Fábrica de Vilar do Paraíso; 28 – Fábrica de Santo Ovídio ou do Senhor do Padrão; 29 – Fábrica de José Monteiro de Lima; 30 – Fábrica de Cerâmica do Fojo.

Século XX: 31 – Fábrica de Silva Moreira; 32 – Fábrica de São Paio, Afurada; 33 – Empresa Electro-Cerâmica; 34 – Fábrica de Cerâmica de Soares dos Reis; 35 – Fábrica da Madalena; 36 – Fábrica de Cerâmica de Valadares; 37 – Fábrica da Corticeira.

----- Linha de caminho de ferro.

fabris iniciais. O edifício da *fábrica* do século XVIII referia-se, geralmente, a uma construção em altura (*arquitectura vertical*), de três ou quatro andares, com dupla função – habitação e produção, uma vez que servia também de casa de habitação do proprietário, *distribuindo-se o parque produtivo pelos andares inferiores e pelo rocío, ocupando pouco mais de duas ou três dezenas de trabalhadores* (Soeiro *et al*, 1995, p. 210). Todavia, tal como observou Isabel Fernandes (Fernandes, 2008, p. 17) ao fazer a análise espacial da Fábrica de Miragaia, edificada cerca de 1755, a imagem de uma

fábrica-tipo de faiança reproduzida a propósito da *art de la céramique* na obra *Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (figs. 2 e 3), publicada entre 1751 e 1765, é distinta das que encontramos no Porto e em Gaia, provavelmente por estas sentirem a necessidade de adaptação aos terrenos íngremes das encostas do Douro e recorrerem ao aproveitamento de construções já existentes, quem sabe talvez devido a capitais de investimento inicial pouco avultados. Veremos como o caso aqui tratado se aproxima mais do modelo francês.



2 e 3. Representação de uma manufatura de faiança setecentista. Fonte: *ENCYCLOPÉDIE 2002: Arts de La Céramique – Fayencerie, Planche I e II.*

Estas fábricas não tinham ainda perdido o carácter oficial típico da produção cerâmica, recorrendo sobretudo à força braçal. O termo *fábrica* que encontramos na documentação setecentista tem, por conseguinte, um significado particular, pois estas manufacturas nacionais mais não eram do que *situações oficiais alargadas* (Soeiro et al, 1995, p. 210).

Além do carácter estrutural arquitectónico semelhante, os espaços (interiores e exteriores) afectos à laboração destas primeiras fábricas eram idênticos. Todas possuíam um ou mais armazéns para depósito de matérias-primas e louça, o *terreiro* ou *terraço* para a preparação da argila, onde se encontravam os tanques e coadores, a *casa de pisar o barro*, a *casa da roda* ou *de fazer louça*, as áreas de secagem, os locais para pintura e vidro e os fornos. Nas vizinhanças ficavam as azenhas para moagem do vidro, junto a pequenos cursos de água *que permitiam o funcionamento de engenhos hidráulicos, diminuindo a utilização do emprego de força braçal* (Soeiro et al, 1995, p. 211).

No processo de constante adaptação às exigências do mercado e às várias inovações técnicas e tecnológicas oitocentistas, muitas são as alterações e transformações que estas fábricas sofreram. Assim, próximo dos primitivos edifícios, também eles constantemente adaptados, começaram a surgir novas construções. Embora a tecnologia dominante fosse ainda a do trabalho braçal (Soeiro et al, 1995, p. 214), tornava-se necessário ampliar algumas áreas de laboração, como armazéns ou fornos, e criar condições de circulação e para a introdução de novos inventos, como a máquina a vapor.

3. A FÁBRICA DE SANTO ANTÓNIO DE VALE DA PIEDADE: ESTRUTURAS CONSTRUÍDAS E ESPAÇOS DE LABORAÇÃO (1783-1821)

A FSAVP foi fundada no último quartel do século XVIII (Alvará de 1784), pelo genovês Jerónimo Rossi. O lugar

escolhido para a sua implantação foi *Gaya*, em local ribeirinho na margem esquerda do Douro¹², fronteiro à cidade do Porto, situado nas imediações do Convento de Santo António de Vale da Piedade, do qual tomou o nome embora estivesse implantada na Quinta da Eira¹³. Em Agosto de 1783, Jerónimo Rossi tomou de arrendamento a João Ferreira Pinto da Silva¹⁴, *Guarda-Mor da Alfandega da cidade da Bahia, [...] quinta armazens e cazas em o lugar de Gaya alem do Rio Douro junto ao convento de Santo Antonio de Valle de Piedade, [...] por tempo de tres nove annos*. O contrato iniciou-se no dia de São Miguel do mesmo ano e o valor anual a pagar seria *de vinte e seis moedas de ouro de quatro mil e outocentos reis cada hũa* (ADP/NOT/CNPRT02/001/0359/125v).

Entre as várias condições estabelecidas uma obrigava Jerónimo Rossi *a circuitar de muro a dita quinta e que seja seguro e em altura proporcionada*, para o qual retiraria *do aluguer de cada hum anno [...] onze moedas para se ir pagando da dita despeza e tambem satisfazer a decima respectiva [sic]* (ADP/NOT/CNPRT02/001/0359/125v). Uma outra cláusula salvaguardava *que não podera elle Jeronimo Rossi pedir mais*

12. Actual Cais de Capelo e Ivens e Rua de Viterbo Campos, freguesia de Santa Marinha e concelho de Vila Nova de Gaia. Na altura da fundação da FSAVP esta era uma das freguesias que pertencia ao termo do Porto, compreendendo duas povoações distintas, a saber: *Gaya, a povoação antiga*, com vestígios arqueológicos de ocupação humana que remontam à Idade do Bronze, junto à área do Castelo de Gaia, e *Villa Nova, a povoação sede*, de fundação medieval, na zona da Serra do Pilar e respectivo espaço ribeirinho. A união destas duas povoações e dos seus arrabaldes, em 1834, deu origem ao concelho de Vila Nova de Gaia, onde aquela freguesia se passou a integrar (Guimarães, 1995, p. 29-30).

13. Vasco Valente referiu ser este o nome da propriedade onde Rossi estabeleceu a sua fábrica (Valente, 1931, p. 27). A primeira vez que o vemos surgir na documentação consultada até ao momento é no inventário de bens realizado pelo falecimento de D. Teodora Fontana, esposa de Jerónimo Rossi, em Dezembro de 1813, onde figura entre as pertenças do casal: *a sua quinta chamada da Eira* (ADP/NOT/CNPRT08/001/0438/67).

14. João Ferreira Pinto da Silva, ausente na Bahia, dera ordem ao seu procurador Doutor José Ferreira Coelho Teixeira de Barbosa, em Junho de 1779, *para arrendar toda a dita propriedade a sojeito Estrangeiro* (ADP/NOT/CNPRT02/001/0359/125v).

bem feitorias do que travejar o sobrado do armazem com as traves que forem percizas as quaes sahirão da dita quinta e algum taboado que comprar para o solho¹⁵ do sobrado e tudo o mais que fizer sera por sua conta (ADP/NOT/CNPRT02/001/0359/125v). E no caso de o arrendatário fazer na quinta algũa caza ou mirante fndo o tempo do arrendamento e sahindo podera desfazellas assim como as vidraças que puzer as podera tirar e dellas se utilizar (ADP/NOT/CNPRT02/001/0359/126).

Do aspecto geral da quinta encontramos apenas uma referência vaga ao seu arvoredado, que devia ser extenso a julgar pela autorização concedida para dele se extrair a madeira para as traves do sobrado: *em quanto ao arvoredado não podera elle cazeiro cortar arvore pelo pé não sendo para fermozear rua ou alegrete [?] ou para plantar outra no seu lugar mais rendoza (ADP/NOT/CNPRT02/001/0359/126).*

Neste seguimento, Rossi requereu vistoria à Câmara do Porto porque pretendia *morar a propriedade que arrendou naquele sitio, e fazer mays outras obras (AHMP/A-PUB/3418/L.º 4.º/107v)*. No respectivo Auto de Vistoria, datado de 19 de Novembro daquele mesmo ano, podemos constatar a localização da dita propriedade

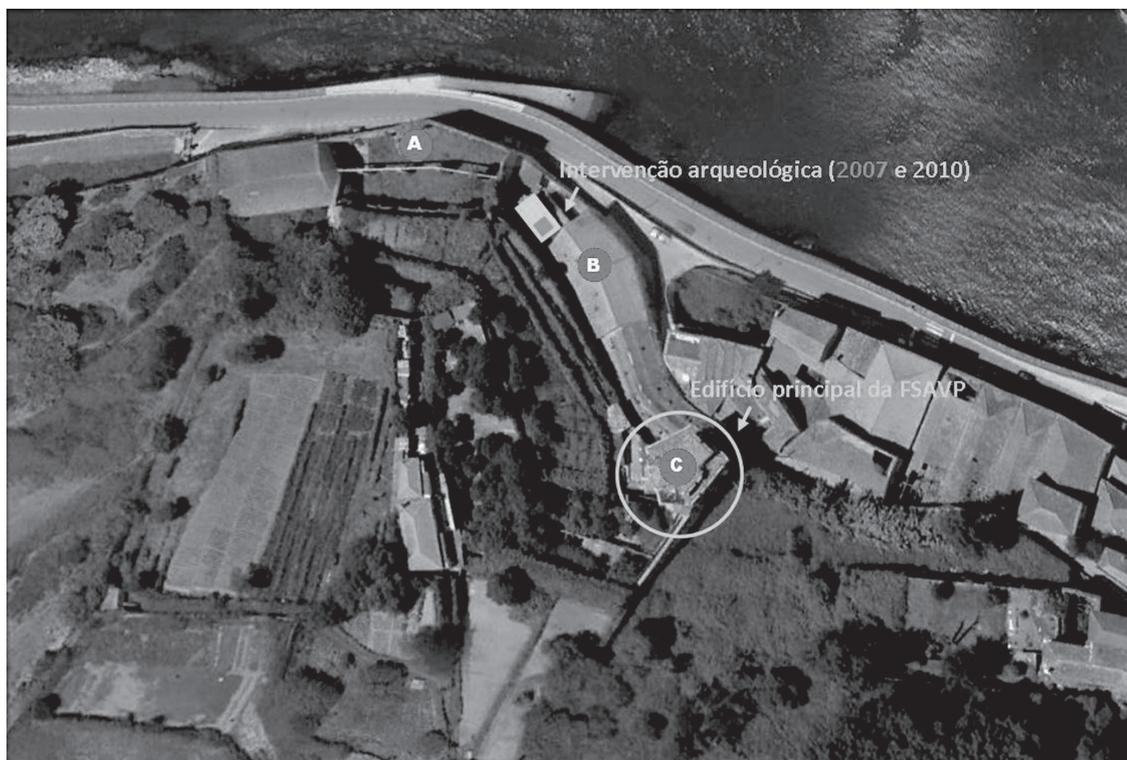
15. O mesmo que soalho – *Forro de taboas* (Bluteau, 1720, Tomo VII, p. 668 e 706).

– *sitio por sima do Caes de Gaia freguezia de Villa Nova de Gaia* – e as condições impostas ao requerente, explicando-se-lhe que *podia fazer o muro que pertendia não tomando parte algũa do caes, e servidão publica, continuando da quina do Almazem do Padre Jozé Pedro a concluir na quina das cazas da propriedade que pertende morar (AHMP/A-PUB/3418/L.º 4.º/107v)*.

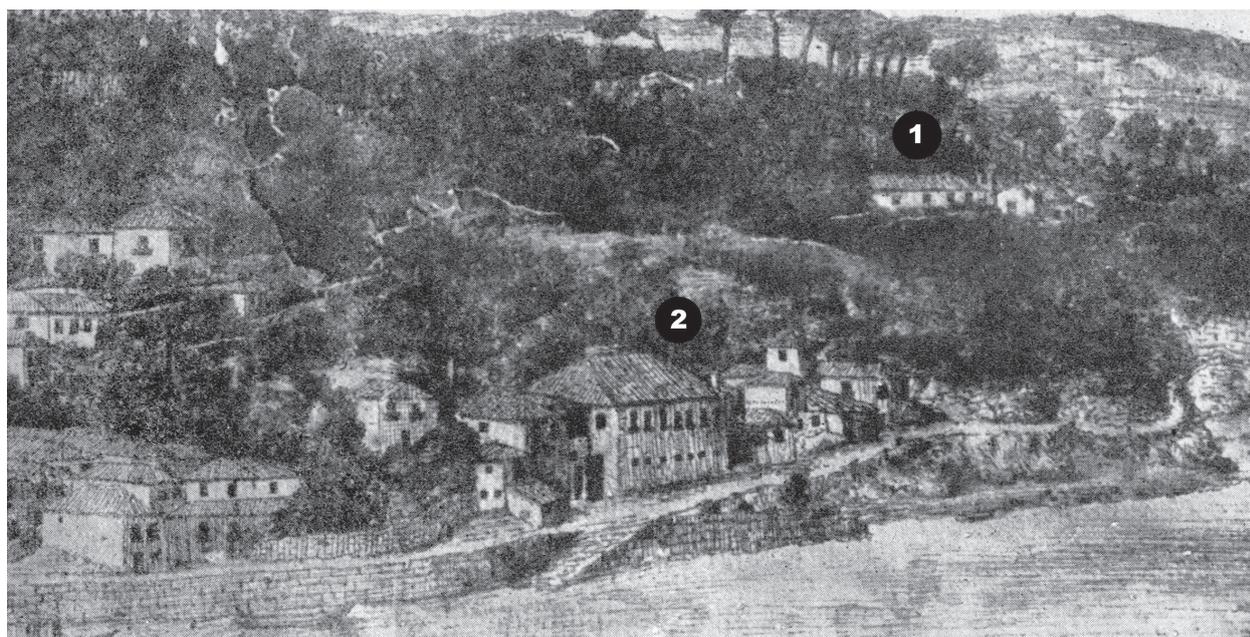
Confrontando estas informações documentais com a imagem mais antiga que conhecemos para a FSAVP, um desenho de finais do século XVIII publicado na obra de Vasco Valente¹⁶ (Valente, 1931, p. 20), cremos ser possível retirar algumas conclusões sobre a fisionomia daquele espaço (fig. 5).

Primeiramente, a especificação de que Rossi arrendou *quinta armazens e cazas* indica-nos que a propriedade escolhida para instalação da fábrica possuía já construções e permite-nos vislumbrar algumas das suas características. Nesta análise é fundamental termos em conta a terminologia da época para melhor podermos caracterizar aquele espaço. No século XVIII, o termo *quinta* não difere muito do significado actual: alude

16. Tentámos aceder à obra original, que certamente nos facultaria pormenores importantes da gravura, porém não foi possível localizar o seu paradeiro. Agradecemos a amável colaboração da Dra. Manuela Ribeiro (Câmara Municipal do Porto) e Dra. Margarida Rebelo Correia (Museu Nacional de Soares dos Reis) neste esforço.



4. Localização do edifício principal da Fábrica de Santo António de Vale da Piedade (FSAVP) e da área onde decorreu a intervenção arqueológica (sondagem – 2007; escavação em área – 2010). Confrontar figuras 6, 7 e 8. Fonte: Levantamento aéreo do *Google Earth*, realizado em 26 de Junho de 2007 (altitude de visualização: 244 metros).



5. Fábrica de Santo António do Vale da Piedade e Quinta da Eira nos fins do século XVIII. (Desenho à pena, da época, aguarelado, pertencente ao Ex.mo Sr. Alberto Aires de Gouveia). Fonte: VALENTE 1931: 20.

1 – Convento de Santo António de Vale da Piedade; 2 – Provável localização da Quinta da Eira e seu casario.

a uma *Casa de campo ou fazenda de lavoura no campo com sua casaria* (Bluteau, 1720, Tomo VII, p. 65), o que acentua o carácter rural da propriedade e a existência de estruturas habitacionais e funcionais. Já as palavras *armazem* e *caza* podem não corresponder a edificações individualizadas, mas antes a compartimentos de um edifício. O primeiro relacionado com o armazenamento de materiais em grande quantidade¹⁷ e o segundo a áreas funcionais distintas¹⁸, por exemplo *casa de pisar o barro* ou *da roda*.

O edificado existente na quinta foi, com certeza, aproveitado e adaptado para espaços de laboração da própria fábrica, como nos dá a entender a referência à pretensão do arrendatário para *travejar o sobrado do armazem* e colocar *taboado [...] para o solho do sobrado*, aquando do contrato de arrendamento. Murar a quinta, travejar o sobrado do armazém, arranjar o respectivo soalho e aplicar vidraças são as obras que Rossi inicialmente parece ter feito. Não sabemos qual a quantidade, tipologia e o estado das edificações da quinta, mas pelo menos um armazém serviu certamente para o primeiro arranque da produção. Terá alguma estrutura sido construída de raiz para esse fim? A documentação tal não nos indica. Somente após o falecimento de Jerónimo Rossi encontramos a primeira alusão a novas construções naquela propriedade erigidas pela sua filha Joana.

O sítio onde se localizava a propriedade arrendada é

designado por *sítio por cima do Caes de Gaia*, aludindo à proximidade ao rio em local de atracagem. Esta proximidade é ainda mais explícita quando na continuação do *Auto de Vistoria* se explica que o muro que Rossi pretendia fazer podia ser construído desde que não afectasse *parte alguma do caes, e servidão publica*, deixando claro que um dos limites do terreno da fábrica ficava junto ao dito *Caes de Gaia* e de um caminho público, onde Rossi veio a edificar o muro de limite de propriedade.

Esta gravura de finais do século XVIII levanta-nos muitas dúvidas, pois, aparentemente, são poucas as semelhanças com as estruturas ainda existentes da FSAVP e não nos parece que esteja representado o prédio de cinco andares geralmente identificado com o edifício principal da fábrica (fig. 6).

Em Setembro de 1784, Jerónimo Rossi arrendou **uma azenha e duas cazinhas** junto à Fonte de Santo Antão, em Gaia, também por um período de nove anos (ADP/NOT/CNPRT08/001/0320/41-42). Santo Antão é um antigo topónimo relativo a parte da actual Rua António Granjo, anteriormente denominada Rua das Costeiras (Guimarães, 1995, p. 103-104). Este local é também referido na documentação coeva como *lugar das Azenhas*¹⁹.

Ainda no final do mesmo ano, no dia 10 de Dezembro, Rossi contratou dois mestres para a sua fábrica, a saber: Manuel José de Castro, *como mestre que hé da Caza das Rodas* (ADP/NOT/CNPRT08/001/0321/20v), e Amaro dos Reis e Matos, *como Mestre que hé de vidrado e pintura* (ADP/NOT/CNPRT08/001/0321/21v).

17. *A casa em que se guardão [...] qualquer provizão, & quaesquer matérias em quantidade* (Bluteau, 1712, Tomo I, p. 269).

18. *Casa. [...] edificio [...]. Peça, ou parte do edificio. Aposento, & c* (Bluteau, 1712, Tomo II, p. 172-173).

19. O ribeiro das Azenhas ou de Santo Antão separava as povoações de Gaia e Vila Nova (Guimarães, 1995, p. 67).



6. O mesmo local na actualidade (Abril 2011).

1 – Convento de Santo António de Vale da Piedade; 2 – Provável localização da Quinta da Eira e seu casario; A e B – FSAVP, 1785-1843 (?); C – FSAVP, 1843-193- (?). A seta indica o local onde foi identificado o tanque. Confrontar figuras 4, 7 e 8.

Ambos eram moradores no lugar de Massarelos – o que nos leva a suspeitar que poderão ter colaborado na Fábrica de Massarelos – e o período de contrato era válido *pele tempo de quinze annos completos e sucesivos que não-de principiar no primeiro dia do mes de Janeiro do anno que vem de mil setecentos oitenta e cinco, se tanto durar a administração e existencia da mesma Fabrica* (ADP/NOT/CNPRT08/001/0321/21v). Nestes dois documentos a única menção de espaços fabris diz respeito a **casa das rodas e fornos**.

Estes dois acontecimentos – arrendamento da azenha e contratação de dois mestres – mostram-nos que a FSAVP estava a preparar o seu arranque na produção de louça, tendo iniciado laboração provavelmente no primeiro dia de Janeiro de 1785, conforme ficou anotado naqueles contratos.

A propriedade arrendada por Rossi foi depois por ele arrematada em praça pública, a 4 de Julho de 1790, por 2.250\$000 rs. (Valente, 1931, p. 27).

Posteriormente (1792) acertou um problema de servidão com o vizinho José Gomes dos Santos, proprietário de um armazém e campo chamado do Pombal, situados a poente da fábrica, cedendo-lhe algum terreno para a construção de um caminho junto à cerca do convento (ADP/NOT/CNPRT08/001/0347/107v-108v). Ficava José Gomes dos Santos com a obrigação de *mandar fazer á sua custa o muro que divide a terra que o dito Jeronimo Rossi lhe concedeo de boa pedra que fique bem siguro principiando da parte do Caes tudo asima athe a barreira tendo o dito Jeronimo Rossi nella meação e se obriga este a concorrer nessa despeza com a pedra de muro que elle tinha mandado fazer a annos da mesma parte e que permite se*

desfizese em consequencia desta convenção e contrato (ADP/NOT/CNPRT08/001/0347/108-108v). A área ocupada pela FSAVP vê-se assim diminuída, delimitando-se a propriedade com um novo muro e desfazendo-se o que Rossi havia feito anos antes.

No final da década comprou dois terrenos²⁰ que ampliaram novamente a propriedade, ambos adquiridos a Ana Clara da Costa Morais, viúva do antigo vizinho José Gomes dos Santos, e José Duarte Mansores, seu segundo marido. O primeiro, em 1799, descrito como *hum bocado de terra tambem sito em Gaia que parte do norte com o Caes que vai para Santo Antonio do sul com hua barreira*²¹ *dos vendedores do poente com hum Armazem dos mesmos do nascente com o comprador* (ADP/NOT/CNPRT08/001/0379/132v-133). O segundo, em 1800, relativo a um *pedasso de terra de Monte e Deveza com todas as suas pertencas entradas e sahidias novas e antigas, serventias e logradouros* (ADP/NOT/CNVNG05/001/1349/80v), o qual *parte do nascente [norte?] com terra da vendedora, sul com terra de João Salgado, nascente com Fabrica do comprador, e do poente com a cerca dos Relegiozos de Valle de Piedade* (ADP/NOT/CNVNG05/001/1349/81v).

Daqui inferimos que a propriedade inicial da Quinta da Eira foi significativamente aumentada pelas compras de terrenos que Rossi efectuou, recuperando também o terreno que voluntariamente cedera ao seu vizinho. Parece-nos que essa expansão física se terá feito sobretudo no

20. Ambos foreiros ao Convento de São Domingos da cidade do Porto, como se menciona na respectiva documentação.

21. Barreira – *Tea de madeira, ou estacada collateral a huma carreira* (Bluteau, 1712, Tomo II, p. 54-55).

sentido oeste, onde existiam terras de *monte e devesa*, em direcção à cerca do Convento de Vale da Piedade. Além do espaço, agora bastante ampliado, junto à fábrica, Rossi continuava a utilizar a **azenha da ribeira de Santo Antão**, que comprou em Junho de 1803 a Miguel da Silva Toscano (ADP/NOT/CNPRTo9/001/4252/21v-23). No dealbar do século XIX, o complexo produtivo inicial criado e adaptado por Jerónimo Rossi parecia estável, não havendo notícias de transformações desde 1807, situação a que não deve ser alheia a conturbado conjuntura das invasões francesas. Em 1814, há notícia da fábrica estar em *meia decadência* (Soeiro *et al*, 1995, p. 234). Dois *Autos de Exame* realizados em 1814 e 1818 fornecem-nos a melhor descrição que temos dos primórdios da fábrica (Soeiro *et al*, 1995, p. 234), dando-nos conta dos espaços e das estruturas de laboração existentes (Quadro I). No de 1814 menciona-se *huma grande propriedade edificada em terreno próprio do suplicante, e dentro della erecta a mesma fabrica*, composta de **três grandes fornos, sete rodas, um engenho de moer vidro, uma casa de pintura, um escritório e vários armazéns**. Estavam empregadas vinte e uma pessoas (Soeiro *et al*, 1995, p. 234, nota 139). No de 1818, verifica-se a manutenção dos espaços e estruturas anteriormente enumerados: *fazendo-se o dito exame, se achou constar de huma grande propriedade, e dentro della estabelecida a mesma fabrica, a qual se compoem de tres grandes fornos = sete rodas = hum engenho para moer vidro = huma casa de pintura = varios armazens = hum escritorio, ocupando-se nestas manufacturas hum administrador; hum mestre de roda com quatro officiaes; quatro trabalhadores; tres forneiros; tres trabalhadores dos mesmos; hum em moer vidro; tres officiaes para a pintura; e hum trabalhador*. (Soeiro *et al*, 1995, p. 234).

4. O OCASO DA FÁBRICA DE JERÓNIMO ROSSI (1821-1846)

O fundador da FSAVP faleceu em Novembro de 1821, deixando o seu legado às *seis filhas solteiras*²². Foi em Joana, a mais velha, que nomeou a *quinta da Eira com todas as suas pertencas [...]*, e o *dito pedaço de terra foreiro aos Dominicanos*, e em Jacinta a *azenha com armazem e sobrado* (ADP/NOT/CNPRTo8/001/0438/67v). O progenitor ressalvou, contudo, que a *Fabrica, e privilegios nomeia em todas as suas seis filhas solteiras para que todas juntas possam continuar com a manufactura da mesma fábrica depois da morte dêle autor-gante, e supliquem em nome de todas a sua Alteza Real a continuação da mesma graça, e privilégios* (ADP/NOT/CNPRTo8/001/0438/67v).

Como anteriormente referimos, foi Joana Rossi a responsável pela construção de novas estruturas naquela propriedade – *um armazem grande e outros mais pequenos*, pedindo para esse efeito um empréstimo a sua irmã, Maria Tomázia (ADP/NOT/CNPRTo8/001/0453/211-211v).

Em Janeiro de 1830, Joana e Jacinta Rossi arrendaram a fábrica e azenha a Francisco de Sousa Galvão (ADP/NOT/CNPRTo8/001/0458/88v-89v), passando poucos meses depois para a mão dos seus fiadores, um dos quais era Francisco da Rocha Soares da Fábrica de Miragaia (ADP/NOT/CNPRTo8/001/0458/168v-169). No vo contrato de arrendamento foi celebrado com Bonifá-

22. Jerónimo Rossi e Teodora Maria Fontana tiveram nove filhas, a saber: Francisca Firmina (n. 1774), falecida ainda em vida do pai, em 1814; Maria Tomázia (n. 1776); Joana (n. 1777); Jacinta (n. 1779); Teresa (n. 1780); Rita (n. 1781); Rosa Emília (n. 1783); Joaquina (n. 1784); e Ana (n. 1785).

QUADRO I – Espaços e estruturas de laboração da Fábrica de Santo António de Vale da Piedade (1814 e 1818)

ESPAÇOS/ ESTRUTURAS ⁽¹⁾	QUANTIDADE	NÚMERO DE TRABALHADORES AFECTOS
Forno(s)	3 (<i>grandes</i>)	3 forneiros e 3 trabalhadores
Roda(s)	7	1 mestre de roda com 4 oficiais
Engenho para moer vidro	1	1 trabalhador
Casa de pintura	1	3 oficiais e 1 trabalhador
Armazém(ns)	Vários (não quantificados)	—
Escritório	1	1 administrador
—	—	4 trabalhadores sem associação a um espaço específico

⁽¹⁾ Referidos pela ordem enumerada no documento.



7. Edifício onde decorreu a intervenção arqueológica, provável casa e *armazém* da Quinta da Eira (Outubro 2010). Confrontar figuras 4 e 6, letra B.



8. Edifício contíguo ao anterior, provável *armazém* da Quinta da Eira (Maio 2011). Confrontar figuras 4 e 6, letra A.



9. Perfil estratigráfico nordeste da sondagem arqueológica realizada, vendo-se o nível de aterro que preenchia a estrutura identificada (Janeiro 2007).



10. A mesma estrutura industrial (tanque) após a escavação (Setembro 2010).

cio José de Faria e Costa e João de Araújo Lima em 1834, o qual principiou em Fevereiro do ano seguinte (ADP/NOT/CNPRT02/001/0449/26-27). Nesse mesmo ano (1835), *achando [Joana Rossi] mais próprio a seus interesses vender a dita quinta, com todas as [...] propriedades e suas pertenças, se contratou com suas irmãs e ajustou com Joaquim Augusto Kopke²³ a referida venda, na qual se incluía a fábrica (ADP/NOT/CNPRT04/001/0512/39-42v).*

A década de 1840 marca um ponto de viragem na história desta manufactura, iniciando-se um novo ciclo de actividade, cujo principal promotor será Araújo Lima. Nesta altura a fábrica terá sido reedificada após um incêndio, ocorrido no Natal de 1843, no seguimento do qual o então proprietário, Joaquim Augusto Kopke, acordou com Araújo Lima *em lhe dar de arrendamento tão somente o terreno, sendo a reedificação da*

Fabrica feita á custa dele, arrendatário. Assim podemos ler no contrato de venda efectuado entre ambos, em 1846, momento em que Araújo Lima adquiriu o terreno em que a dita reedificação se acha feita com os terrenos cultivados e serventia de porta de carro para o caminho que vai do Caes do Rio Douro para Gaia (ADP/NOT/CNPRT08/001/0474/43v-45).

No mesmo documento ficou estabelecido que uma das obrigações do comprador seria *demolir os tanques que actualmente existem junto da mina do primeiro outorgante [Kopke].* Esta acção de demolição parece estar registada na intervenção arqueológica por nós realizada. As razões que assim nos levam a pensar prendem-se com os seguintes factos: a estrutura revelada identifica-se com um tanque, ou dois considerando a ranhura de encaixe que apresenta (fig. 10); a sua localização corresponde a casa, armazéns e terreno (figs. 4, 7 e 8) que permaneceram na posse da família Kopke até ao início do século XX (Valente, 1931, p. 28, nota 2); as características da louça e dos restantes produtos cerâmicos que serviram de aterro apontam para uma

23. Barão de Massarelos; casado com uma neta de Jerónimo Rossi – Carolina Augusta da Fonseca e Gouveia (n. 1810), em Novembro de 1834 (Valente, 1931, p. 32, 50-52), e por isso também sobrinho de Joana Rossi.

cronologia de meados de Oitocentos. Por conseguinte, acreditamos ser possível datar entre 1843 e 1846 o ocaso da fábrica de Jerónimo Rossi e o surgimento de uma nova e moderna unidade de produção, a qual, de facto, funcionou no edifício alto de fachadas azulejadas que ainda hoje se destaca na paisagem ribeirinha de Gaia (fig. 6).

Será após esta *reedificação* que a FSAVP atingirá o auge da laboração, sendo considerada um estabelecimento de excelência por dois autores coevos: *a qual tem o primeiro lugar entre todas as outras deste genero pela vastidão do seu estabelecimento, montado em grande escala, e aonde se empregão para cima de cem pessoas diariamente* (Azevedo; Santos, 1881, p. 184) e *é pois uma das mais importantes e prosperas fabricas de louça, d'este reino* (Leal, 1882, vol. X, p. 78).

5. EPÍLOGO

Muitas vezes motivo de discórdia entre os ceramólogos, a data de fundação desta unidade não nos oferece dúvidas. Nos anos de 1783 e 1784, Rossi procedeu a vários preparativos para pôr a funcionar a sua fábrica de louça em Vale da Piedade, Gaia: arrendou uma propriedade – a Quinta da Eira, com armazéns e casas onde realizou obras; tratou da emissão do alvará; e, finalmente, a fechar o ano de 1784, contratou dois mestres – um *da roda* e outro *de vidrado e pintura*. O

primeiro dia de laboração da FSAVP foi, muito provavelmente, o primeiro dia do ano de 1785.

Se recordarmos o que atrás foi dito sobre as características espaciais das manufacturas do clima pombalino – edifícios em altura (*arquitectura vertical*), de três ou quatro andares, com dupla função – habitação do proprietário e produção, é curioso notar que a primitiva FSAVP parece afastar-se deste modelo. Por um lado, os edifícios que inicialmente terão estado afectos à sua laboração seriam armazéns, talvez no máximo com dois andares, como ainda hoje é comum encontrar no Centro Histórico de Gaia, área onde está implantada, servindo os amplos espaços exteriores da quinta provavelmente para outras funções ligadas à preparação do barro. Por outro lado, Jerónimo Rossi nunca teve habitação na sua fábrica de Vale da Piedade, residindo sempre na cidade do Porto, onde faleceu e foi sepultado (Valente, 1931). Talvez esta circunstância se prenda com a ligação que manteve à indústria têxtil, documentada desde 1771, integrando a firma *Fontana, Filho & Rossi* ainda em 1797 (Leão, 2003, p. 30-31).

Acreditamos, por isso, que a fábrica de Rossi talvez se aproximasse mais da imagem da *Encyclopédie*, tirando partido talvez da extensão que a Quinta da Eira proporcionava, do que da figura estereotipada do edifício alto e estreito, de acesso íngreme e difícil circulação como nos habituamos a ver na indústria portuense da época.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Distrital do Porto

Cartório Notarial do Porto

- ADP/NOT/CNPRT02/001/0359, fl. 125-126v
 ADP/NOT/CNPRT08/001/0320, fl. 41-42
 ADP/NOT/CNPRT08/001/0321, fl. 20v-22
 ADP/NOT/CNPRT08/001/0347, fl. 107v-108v
 ADP/NOT/CNPRT08/001/0379, fl. 131v-133
 ADP/NOT/CNPRT09/001/4252, fl. 21v-23
 ADP/NOT/CNPRT08/001/0438, fl. 66v-68
 ADP/NOT/CNPRT08/001/0453, fl. 211-211v
 ADP/NOT/CNPRT08/001/0458, fl. 88v-89v e 168v-169
 ADP/NOT/CNPRT02/001/0449, fl. 26-27
 ADP/NOT/CNPRT04/001/0512, fl. 39-42v
 ADP/NOT/CNPRT08/001/0474, fl. 43v-45
- #### Cartório Notarial de Vila Nova de Gaia
- ADP/NOT/CNVNG05/001/1349, fl. 80-82v

Arquivo Histórico Municipal do Porto

Vistorias

- AHMP/A-PUB/3418, Livro 4.º, fl. 107v

FONTES IMPRESSAS

AZEVEDO, J. A. M. d' e SANTOS, M. R. dos (1881) – *Descrição Topographica de Villa Nova de Gaya...* 2.ª ed. Porto: Imprensa Real de Pereira da Silva.

BLUTEAU, R. (1712-1728) – *Vocabulario Portuguez & Latino...* Coimbra; Lisboa: No Collegio das Artes da Companhia de Jesu; Officina de Pascoal da Sylva. Tomos I, II e VII.

ENCYCLOPÉDIE, ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers (2002) – *Arts de La Céramique*. Paris: Inter-Livres. Edição fac-similada do original publicado entre 1751-1765.

LEAL, A. S. de A. B. de P. (1882) – Val de Piedade. In *Portugal Antigo e Moderno...* Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Cardosos, Vol. X, p. 78.

LEPIERRE, C. (1899) – *Estudo chimico e tecnologico sobre a ceramica portugueza moderna*. Lisboa: Imprensa Nacional.

BIBLIOGRAFIA

FERNANDES, I. M (2008) – A Fábrica de Louça: análise social, processos de fabrico e conspecto social. In Correia, M. R., coord. – *Fábrica de Louça de Miragaia: Catálogo da Exposição*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação, p. 16-47.

GUIMARÃES, J. A. G. (1995) – *Gaia e Vila Nova na Idade Média: Arqueologia de uma área ribeirinha*. Porto: Universidade Portucalense.

LEÃO, M. (1999) – *A Cerâmica em Vila Nova de Gaia*. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

LEÃO, M. (2003) – Jerónimo Rossi – Apontamentos. *Boletim da Associação Cultural Amigos de Gaia*. Vila Nova de Gaia: ACAG, n.º 57, p. 30-32.

SOEIRO, T.; ALVES, J. F.; LACERDA, S. e OLIVEIRA, J. (1995) – A Cerâmica Portuense: Evolução empresarial e estruturas edificadas. In *Portugália*. Nova Série, vol. XVI. Porto: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras do Porto, p. 203-287.

SOEIRO, T.; LACERDA, S. e OLIVEIRA, J. (2001) – Roteiro das Fábricas de Cerâmica Portuense. In *Itinerário da Faiança do Porto e Gaia*. Lisboa: IPM, p. 53-115.

SOUSA, L. C. P. de S. (2007) – *Cais do Capelo e Rua de Viterbo Campos n.ºs 2, 10, 28 e 36 (Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, Porto): Relatório Preliminar dos Trabalhos Arqueológicos*. Vila Nova de Gaia: Empatia – Arqueologia, Lda. Disponível online em <http://www.empatiaarqueologia.pt/projectos/17>.

VALENTE, V. (1931) – *Jerónimo Rossi: Fidalgo Ceramista*. Gaia: Edições Pátria.